



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Procuradoria Geral do Estado

ASSUNTO: Pedido de informação formulado pelo [REDACTED]
[REDACTED]
[REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 268/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido dirigido à Procuradoria Geral do Estado, número SIC em epígrafe, solicitando informações sobre medidas adotadas pela Corregedoria Geral da PGE em vista do Comunicado Conjunto nº 379/2016.
2. A PGE restou silente, ensejando o presente recurso cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015. Instada a sanar a supressão de instância, não se manifestou (fl.8).
3. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, assegura o direito de receber dos órgãos públicos informações, sendo que a Lei nº 12.527/2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a iluminar todos os atos da Administração Pública.
5. Deve-se consignar que tal direito reflete-se em um dever estatal positivo, consistente não apenas no recebimento de manifestações, mas também no dever de respondê-las quando caracterizadas como pedidos de informação dotados dos requisitos legalmente previstos, ainda que para afirmar, de modo fundamentado, excepcional impossibilidade do acesso às informações pleiteadas. Nesse sentido, pode-se inferir que o silêncio equivale a uma resposta negativa, e imotivada, à demanda efetuada.
6. Assim, imprescindível que a Procuradoria se manifeste quanto à demanda de informações suscitada, fornecendo-as em sua integralidade, desde que existentes, ou atentando para a necessidade de explícita fundamentação na hipótese de negativa de acesso aos dados requeridos, em vista de alguma das restritivas circunstâncias legalmente previstas.

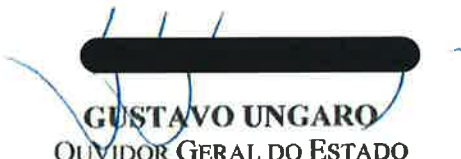
5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

7. Diante do exposto, constatado o não atendimento da demanda até o presente momento, **conheço e dou provimento ao recurso**, com fundamento no artigo 20, inciso IV, do Decreto nº 58.052/2012, devendo-se, nos termos do § 2º do artigo 20 do aludido Decreto, adotar as providências necessárias com vistas a dar cumprimento ao disposto na Lei, conforme esta decisão.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 26 de setembro de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO